

■ SANEAMENTO & MEIO AMBIENTE

AMAZÔNIA

Projeto da Vale para o desenvolvimento das áreas desmatadas

Monica Magnavita
do Rio

Está na mesa da ministra do Meio Ambiente Marina Silva um programa formulado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de ocupação das áreas desmatadas da região amazônica. A mineradora, que tem em Carajás — a maior mina de minério de ferro do mundo, encravada na selva entre o Pará e o Amazonas — sua principal fonte de produção e de receita, fez um levantamento da região e elaborou um plano estratégico para o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia.

A idéia da Vale é substituir o chamado "arco do desmatamento" (que abrange os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Acre e Roraima e tem uma extensão de 500 mil quilômetros quadrados, equivalente a 10% da Amazônia brasileira) pelo "arco do desenvolvimento sustentável". O objetivo da empresa é econômico. A mineradora quer incentivar a produção agropecuária e industrial nas terras devastadas, por meio da agricultura de soja e a produção de papel e celulose, dois segmentos voltados para a exportação. Com isso, aumentará sua receita de logística na região, uma vez que é a única companhia na Amazônia que possui infra-estrutura do porte demandado pelo projeto para escoar a produção para os mercados interno e externo.

Posição estratégica

A Vale opera uma rede que inclui a ferrovia de 250 quilômetros que sai de Carajás e vai até o porto da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Logo, ocupa uma posição estratégica, próxima aos principais mercados externos. "Não queremos substituir o Estado. Queremos alavancar nossos negócios", afirma Maurício Reis, diretor de Meio Ambiente da CVRD. A Vale quer ser uma indutora dos negócios, a fim de conjugar as vocações regionais visando o desenvolvimento sócio-econômico de uma área com 5 milhões de habitantes.

Há dois anos, a companhia começou um levantamento dos dados da região em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse estudo surgiu o conceito do Arco do Desenvolvimento. Embora a mineradora tenha traçado uma estratégia diferenciada para o desenvolvimento da região, caberá ao governo formular as políticas públicas. O ministério do Meio Ambiente já deu os primeiros passos nessa direção, ao assinar, há poucas semanas, um termo de cooperação técnica do IBGE para o desenvolvimento conjunto de um sistema de informações ambientais para o País. A idéia é traçar as políticas adequadas a partir desse conjunto de informações.

O levantamento da Vale identificou as atividades agropecuárias adequadas para cada tipo de solo, a fim de assegurar um melhor resultado econômico. A plantação de eucaliptos para extração de madeira é um exemplo. "O Brasil é deficitário na balança comercial de madeira. Temos que importar madeira, porque o estoque de florestas de que o Brasil dispõe hoje não suporta a demanda. É necessário aumentar a área de florestas plantadas para reduzir a pressão sobre a floresta nativa", diz Maurício Reis. "Plantar madeira na região amazônica é uma forma de

reduzir o desmatamento", disse, em respostas às críticas de que o cultivo do eucalipto provocaria ressecamento do solo.

As florestas plantadas também servirão como fornecedoras de matéria-prima, como o carvão, para a produção de ferro-gusa. A decisão, segundo Reis, é estratégica, pois o Brasil precisa consolidar sua participação na reestruturação da indústria siderúrgica dos Estados Unidos. A maior parte das usinas americanas utilizam ferro-gusa como insumo básico de sua produção. "O Brasil tem que aproveitar a oportunidade aberta pela consolidação da siderurgia norte-americana e conquistar esse mercado", disse o executivo da Vale. Há poucos meses, a empresa fechou um acordo com a Nucor, uma das maiores siderúrgicas dos EUA, para a utilização do ferro gusa brasileiro obtido a partir de florestas da Vale plantadas no Maranhão.